



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Diretoria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP/CONTÁBIL
Termo de Alerta
Relatório Preliminar de Análise Automática (8ª Remessa)

ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI

GESTOR: LAUREZ DA ROCHA MOREIRA

CONTADOR: LUCIJONES LOPES COSTA

PERÍODO: 8/2019

Considerando que as IN's/TCE nº 002/2007 e 011/2012, e suas alterações, dispõem respectivamente sobre a obrigatoriedade de utilização do plano de contas único e a regulamentação do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública, Módulo Contábil - SICAP/CONTÁBIL;

Considerando que o art. 4º da IN/TCE nº 02/2007 estabelece que o Plano de Contas Único tem a finalidade de atender, de maneira harmonizada, os registros contábeis dos atos e fatos da administração direta e indireta dos Municípios, proporcionando-lhes um instrumento eficiente para o levantamento e análise de informações pela própria entidade jurisdicionada em prol da administração e dos órgãos de Controle Interno e Externo;

Considerando que os relatórios e demonstrativos contábeis elaborados pelo SICAP/CONTÁBIL são gerados a partir dos dados enviados pelos jurisdicionados em arquivos XML, tendo como base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional;

Considerando a IN/TCE nº 02/2013, que estabelece as principais irregularidades que constituem fator de rejeição das contas anuais consolidadas e de ordenadores de despesas prestadas pelos gestores públicos ao Tribunal de Contas para fins de emissão de parecer prévio e julgamento.

Apontamos as seguintes inconsistências contábeis:

CONTABILIDADE

1. CONFERÊNCIA DO ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O Ente Público deve incorporar ao seu patrimônio os ativos não circulantes 1.2.2.0 - Investimentos, 1.2.3.0 - Imobilizado e 1.2.4.0 - Intangíveis adquiridos no período, seguindo os princípios contábeis geralmente aceitos e em observância ao MCASP 6ª Edição, que nos adverte ao seguinte nas páginas 65 e 66:

4 - Despesas de Capital

Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Observação:

É importante observar que as despesas orçamentárias de capital mantêm uma correlação com o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento (no caso dos grupos de natureza da despesa 4 - investimentos e 5 - inversões financeiras)

Assim, o somatório dos bens incorporados nas contas 1.2.2.0 - Investimentos, 1.2.3.0 - Imobilizado, 1.2.4.0 - Intangível do Balancete de Verificação deve ser maior ou igual que os valores registrados com despesa de capital nas contas 44 - Investimentos e 45 - Inversões Financeiras.

1.2.2.0 - Investimentos	-65.662.901,97
1.2.3.0 - Imobilizado	33.216.420,83
1.2.4.0 - Intangível	0,00
Total 1	-32.446.481,14
4.4.90 - Investimentos	33.224.366,93
4.5.90 - Inversões Financeiras	0,00
Total 2	33.224.366,93
Total (2 - 1)	65.670.848,07

Assim, orientamos aos Jurisdicionados se atentarem para a necessidade de incorporarem os bens permanentes adquiridos ao patrimônio.

Observação: desconsiderar essa recomendação APENAS se a diferença encontrada estiver relacionada com a alienação de ativos ou com a implementação dos procedimentos para a avaliação dos bens públicos conforme recomendado nas páginas 167 e 168 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 6ª Edição.

2. CONFERÊNCIA DO CONTROLE DA DISPONIBILIDADE

2.1 O saldo atual conta devedora da 7.2.1.1 - Controle da Disponibilidade de Recursos deve ser igual ao saldo atual conta credora das contas 8.2.1.1 - Execução da Disponibilidade de Recursos detalhado nas fontes específicas.

Fonte	7.2.1.1	8.2.1.1
0010.00.000	-27.470.632,27	-12.183.485,47
5010.00.000	19.631.334,67	148.112.114,29
0020.00.000	12.125.804,77	923.633,75
0020.85.000	120.418,32	0,00
0030.60.000 e 0030.40.000	-107.540,04	855.703,05

Fonte	7.2.1.1	8.2.1.1
0040.00.000	17.949.879,54	2.851.602,99
0050.00.000	94.510.692,07	35.688,35
0070.00.000	240.940,33	0,00
0080.00.000	418.642,87	0,00
0090.00.000	-724.690,61	1.600,00
0200.00.000	15.664,86	2.800,43
0202.00.000	118,78	17.505,60
0203.00.000	10.333,56	0,00
0204.00.000 a 0249.00.000	460.416,55	17.757,97
0250.00.000 a 0297.00.000	126.432,33	0,00
0298.00.000	904.082,63	123.931,99
0401.00.000	329.042,78	293.886,63
0402.00.000	11.122.774,54	1.223.832,95
0440.00.000 a 0449.00.000	3.833.723,33	122.893,24
0498.00.000	3.586.867,99	207.144,55
0600.00.000	4.679.129,32	434.562,30
0700.00.000 a 0749.00.000	710.196,46	32.179,11
0750.00.000 a 0797.00.000	2.997,50	1.727,01
2000.00.000 a 2999.00.000	5.199.578,69	215.775,20
3000.00.000 a 3999.00.000	-2.102.108,27	1.369.512,94
5017.00.000	14.775,90	228,00
6000.00.000 a 7999.00.000	-704.755,47	13.412,12

2.2 Considerando que o "Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os **valores numerários**" (§ 1º do artigo 105 da lei 4.320/64). Assim, as disponibilidades (valores numerários), enviados no arquivo conta disponibilidade, não pode ser maior que o ativo financeiro na fonte específica. Portanto, sugerimos a correção dos lançamentos contábeis que originaram os seguintes Ativos Financeiros menores que os valores das disponibilidades (valores numerários).

Fonte	Saldo Conta Disponibilidade	Valor do Ativo Financeiro
0010.00.000	11.748.000,93	-27.470.632,27
0030.00.000	42.856,30	-107.540,04
0070.00.000	242.870,72	240.940,33
0200.00.000	31.072,27	15.664,86
0700.00.000 a 0749.00.000	887.036,15	710.196,46
2000.00.000 a 2999.00.000	6.003.620,92	5.199.578,69
3000.00.000 a 3999.00.000	163.373,19	-2.102.108,27

2.3 Considerando que o "Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários" (§ 1º do artigo 105 da lei 4.320/64). Assim, consideramos que não existe possibilidade do ativo financeiro ser menor do que zero detalhado na fonte específica. Portanto, sugerimos rever os lançamentos contábeis que originaram os seguintes Ativos Financeiros negativos.

Fonte	Valor do Ativo Financeiro
0010.00.000 Recursos Próprios, 0010.00.020 Recursos Próprios - Educação e 0010.00.040 Recursos Próprios - Saúde	-27.470.632,27
0030.00.000 FUNDEB	-107.540,04
0090.00.000 Multas previstas na Legislação de Trânsito	-724.690,61
3000.00.000 a 3999.00.000 Intervalo de LIVRE utilização pelas Entidades da Administração Direta para identificação de Convênios com o Estado (Exceto com Saúde, Educação e Assistência Social)	-2.102.108,27
6000.00.000 a 7999.00.000 Intervalo de LIVRE utilização pelas Entidades da Administração Indireta, regidas pela LF nº 4.320/1964	-704.755,47
0123.00.000 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-1.776.950,83

2.4 Considerando que a Instrução Normativa TCE/TO Nº 4/2016, de 14 de dezembro de 2016, determinou que no final do exercício, 31 de dezembro, o jurisdicionado deve realizar lançamento contábil de transferência do saldo da conta 1.1.3.4.1.01.13.00.00.0000 - Responsáveis por Diferenças em c/c Bancária a Apurar (Ativo Financeir) para a conta 1.1.3.4.1.01.14.00.00.0000 - Responsáveis por Diferenças em c/c Bancária a Apurar de Exercícios Anteriores (Ativo Permanente).

Sugerimos que seja realizado a transferência do valor de **R\$ 181,95**, registrado na conta 1.1.3.4.1.01.13.00.00.0000 - Responsáveis por Diferenças em c/c Bancária a Apurar (Ativo Financeiro) para a conta 1.1.3.4.1.01.14.00.00.0000 - Responsáveis por Diferenças em c/c Bancária a Apurar de Exercícios Anteriores (Ativo Permanente).

Importante ressaltar que o gestor deve informar nominalmente, em Nota Explicativa, os responsáveis por diferenças em contas bancárias e o valor correspondente, bem como as providências adotadas para a recomposição dos recursos ao erário. Deverá ser anexado à prestação de contas (7ª e 8ª remessa) parecer da assessoria jurídica informando o andamento dos processos administrativos ou judiciais instaurados em decorrência do descumprimento do prazo definido no § 4º; a probabilidade de recomposição dos recursos ao erário, considerando neste caso, a prescrição, decadência, as decisões já proferidas e outros que se fizerem necessários, bem como as medidas adotadas na execução das sentenças proferidas.

3. CONFERÊNCIA DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

3.1 O valor total registrado na conta 3.5.1.1.2.00.00.00.00.0000 - Transferências concedidas para execução orçamentária deve ser igual ao da conta 4.5.1.1.2.00.00.00.00.0000 - Transferências recebidas para execução orçamentária:

Unidade Gestora	3.5.1.1.2 - Transferências Concedidas	4.5.1.1.2 - Transferências Recebidas
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI	110.442.379,67	112.811.646,11
TOTAL	110.442.379,67	112.811.646,11
DIFERENÇA	-	2.369.266,44

3.2 O valor total registrado na conta 3.5.1.2.2.00.00.00.00.0000 - Transferências concedidas Independentes da execução orçamentária deve ser igual ao da conta 4.5.1.2.2.00.00.00.00.0000 - Transferências recebidas Independentes da execução orçamentária:

Unidade Gestora	3.5.1.2.2 - Transferências Concedidas	4.5.1.2.2 - Transferências Recebidas
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI	2.369.266,44	0,00
TOTAL	2.369.266,44	0,00
DIFERENÇA	-	-2.369.266,44

3.3 O valor dos Ativos e Passivos intragovernamentais devem ser iguais.

Unidade Gestora	1.X.X.X.2 - Ativo INTRA	2.X.X.X.2 - Passivo INTRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI	496.100,24	26.548.685,15
TOTAL	496.100,24	26.548.685,15
DIFERENÇA	-	26.052.584,91

4. CONFERÊNCIA DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor dos créditos abertos com recursos de anulações de dotações deve ser igual ao valor das anulações realizadas.

Unidade Gestora	Créditos Abertos com Anulação	Anulação Orçamentária
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI	176.678.309,21	176.271.482,00
TOTAL	176.678.309,21	176.271.482,00
DIFERENÇA	-	-406.827,21

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal em Palmas - TO, aos 28 dias do mês de Agosto de 2020.